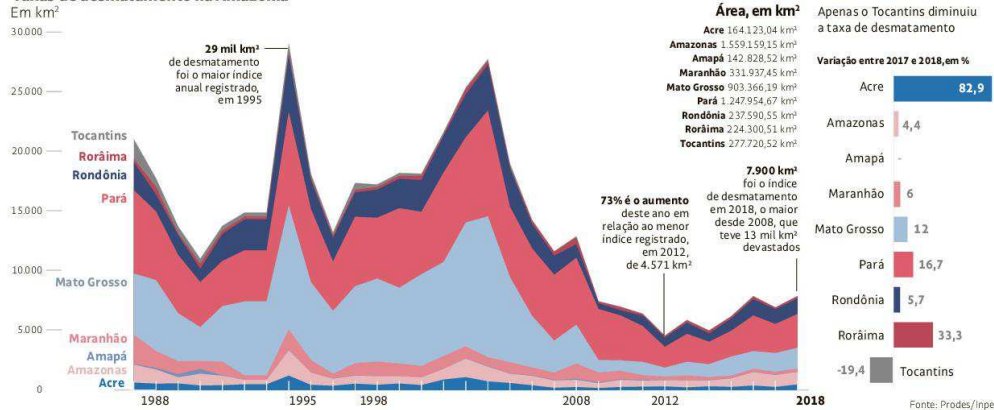


ambiente

Taxas de desmatamento na Amazônia



Desmatamento na Amazônia Legal cresce 13,7% e é o maior desde 2008

Ministério do Meio Ambiente atribui alta a câmbio favorável ao agronegócio, clima seco e queimadas

Phillippe Watanabe e Fabiano Maisonnave

SÃO PAULO E CURITIBA O desmatamento na Amazônia voltou a crescer entre 2017 e 2018 e atingiu o maior patamar da última década, com 7.900 km² de floresta derrubados. O número representa um crescimento de 13,7% em relação ao período anterior (2016-2017).

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (23) pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

As informações são relativas ao Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite), sob responsabilidade do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Na avaliação do MMA, o aumento no desmatamento tem quatro motivos principais: sinais de mudança nos ventos políticos, câmbio favorável ao agronegócio, o que estimula a abertura de novas áreas, um período de seca mais agudo do que a média e, em decorrência disso, um grande aumento no número de queimadas.

Nas áreas desmatadas, o período pré-eleitoral foi marcado por um forte apoio ao então presidencialista Jair Bolsonaro (PSL), um feroz crítico das políticas ambientais e da atuação do Ibama, principal órgão responsável pelo combate ao desmatamento.

Durante o período eleitoral de 2018, de agosto a outubro, houve uma explosão no des-



Área desflorestada da Amazônia Legal em setembro de 2017, mês incluído no período recém-analisado. Crédito: Carli de Souza - 22.set.17/APP

matamento amazônico, que cresceu 48,8% em relação ao mesmo espaço de tempo do ano anterior. O monitoramento em questão, porém, é relacionado ao Deter B, outro projeto do Inpe que acompanha o desmatamento quase em tempo real, mas possui menor resolução que o Prodes. De toda forma, os dois sistemas apresentam grande convergência de informações.

Esses dados, contudo, só farão parte do Prodes 2019, pois o sistema considera as taxas anuais de desmatamento entre os períodos de agosto do ano anterior e julho do ano atual.

O clima mais seco também teria facilitado o desmatamento. Usadas para a supressão ilegal da floresta, as queimadas bateram recorde no passado na série do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), iniciada em 1999.

Para ambientalistas, medidas tomadas pelo governo Michel Temer (MDB), apoiado pela bancada ruralista, também estimularam o desmatamento ilegal. Uma das mais importantes, sancionada em julho do ano passado, foi o Programa Nacional de Regularização Fundiária, apelidado de "MP da Grilagem".

Pela nova legislação, o aumento da área pública grilada passível de regularização subiu 1,500 hectares (15 km²) para 2,500 hectares (ou 25 km²), a serem pagos a pre-

ços bem abaixo do mercado. Além disso, a medida incluiu áreas invadidas ilegalmente até 2011 — antes, o prazo era 2004.

"Essa medida criou a perspectiva de ganhos bilionários para invasores de terras públicas", afirma Paulo Barreto, pesquisador da ONG Imazon, que critica outras ações de Temer.

O pesquisador aponta falhas no combate ao desmatamento ilegal relacionado à pecuá-

ria, o principal vetor de destruição da floresta.

Barreto lembra que, no ano passado, o então ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (PV-MA), desculpou-se pela operação do Ibama Carne Fraca, contra frigoríficos no Pará que compram gado de áreas desmatadas ilegalmente, entre os quais a JBS.

Ele citou também a falta de colaboração dos estados amazônicos para fornecer informações do GTA (Guia de Trânsito Animal), inviabilizando a fiscalização do Ibama.

Desde 2013, os dados de desmatamento Prodes vêm apresentando uma tendência de crescimento. O pico de destruição nesse período ocorreu em 2016, com 7.800 km², o que representou um aumento de 29% em relação ao ano anterior.

Em nota, o MMA afirmou que tem feito esforços para combater o desmatamento na Amazônia, com orçamento reforçado e intensificação de ações.

"O Ibama aumentou o número de atuações em 6%, de áreas embargadas em 56%, de madeira apreendida em 131% e de equipamentos apreendidos 183%, em operações voltadas a ilícitos contra a flora, em relação ao período anterior", diz a pasta.

O ministério destaca também a ação do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), que resultou em aumento de 40% em atuações, 20% em áreas embargadas e 40% em apreensões de madeira e equipamentos em áreas de conservação.

A ONG Observatório do Clima (OC) diz que o aumento não surpreende e já é visível nos dados mensais divulgados pelo governo federal e pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). Segundo o OC, mesmo com os esforços de fiscalização do MMA, o aumento entra para a conta de acenos feitos à bancada ruralista por Temer e pelos governos estaduais.

"A expectativa de anistia é o quanto basta para que as quadrilhas que atuam na extração de madeira e na grilagem de terras a acelerem a predação sobre a floresta, e foi isso o que se verificou", diz a nota.

A ONG Greenpeace e o Observatório do Clima também se dizem preocupadas com o possível impacto que o governo Jair Bolsonaro terá no desmatamento. Durante a campanha e depois dela, o presidente eleito atacou a atividade de órgãos ambientais de fiscalização e combate ao desmatamento, como o Ibama.

Para as taxas anuais de desmatamento são consideradas derrubadas maiores do que 6,25 hectares. Os dados apresentados são uma estimativa, sendo que a versão consolidada só será apresentada no primeiro semestre de 2019.

Mudança do clima pode encolher economia dos EUA, diz relatório

Coral Davenport e Kendra Pierre-Louis

WASHINGTON Um relatório divulgado por 13 agências federais nesta sexta (23) apresenta as mais duras advertências sobre as consequências da mudança climática nos EUA, prevendo que, se não forem tomadas medidas significativas para conter o aquecimento global, os danos chegarão a 10% do tamanho da economia americana no final do século.

O relatório chama a atenção não só pela precisão de seus cálculos mas também porque suas descobertas estão em desacordo com agenda do presidente Donald Trump de desregulamentação ambiental.

Trump adotou medidas agressivas para permitir que carros e usinas emitam mais poluição, e prometeu retirar os EUA do Acordo de Paris. Mas, em linguagem direta,

o documento de 1.656 páginas apresenta os efeitos devastadores da mudança climática na economia, na saúde e no meio ambiente, incluindo incêndios florestais históricos na Califórnia, quebra de safra no meio-oeste e infraestrutura em ruínas no sul.

No futuro, as exportações e as cadeias de suprimentos americanas poderiam ser interrompidas, a produção agrícola cair para níveis dos anos 1980 e a estação de incêndios atingir o sudeste.

No total, afirma o relatório, a mudança climática pode reduzir até um décimo do produto interno bruto americano até 2100.

Segundo especialistas, o relatório pode se tornar uma poderosa ferramenta legal para os oponentes dos esforços de Trump para desmantelar políticas voltadas à contenção da mudança climática.



Em 2011, inundações forçaram a usina nuclear de Fort Calhoun, em Nebraska, a fechar. Crédito: Nati Hamik/Associated Press

O relatório aponta os custos mais precisos até hoje dos impactos climáticos para a economia dos EUA: US\$ 141 bilhões relacionadas a mortes por calor; US\$ 118 bilhões de aumento do nível do mar e US\$ 32 bilhões de danos de infraestrutura até o final do

século, entre outros. O relatório saiu um mês após o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) ter divulgado seu mais alarmante e específico relatório sobre as severas crises econômicas e humanitárias que devem atingir o mun-

do até 2040. Mas o novo relatório também enfatiza que os resultados dependem de quão rapidamente os EUA e outros países tomarão medidas para mitigar o aquecimento global. Os autores apresentam três soluções principais: colocar

um preço nas emissões de gases de efeito estufa, o que geralmente significa impostos ou taxas sobre empresas que liberam dióxido de carbono na atmosfera; estabelecer regulamentações governamentais sobre a quantidade de poluição de efeito estufa que pode ser emitida; e gastar dinheiro público em pesquisa de energia limpa.

A mudança climática está levando os EUA a um território desconhecido, conclui o relatório. "A suposição de que as condições climáticas atuais e futuras se assemelham ao passado recente não é mais válida", diz Andrew Light, um dos autores do texto.

Há sempre alguma incerteza nas projeções climáticas, mas as estimativas dos cientistas sobre os efeitos do aquecimento global até agora têm sido confirmadas. The New York Times